

Notas e informações

O Brasil, mau exemplo *Sammy*

O Brasil já exportou o "milagre". Agora, para tristeza nossa, o exemplo brasileiro é citado entre os que não devem ser seguidos. É assim que a ele se refere o presidente de país amigo e vizinho, que, tempos atrás, tomava o Brasil como exemplo de progresso e acerto na condução da política econômica. Para o presidente uruguaio Julio Maria Sanguinetti, o Brasil forma junto com a Argentina ao lado daqueles países cuja política econômica não deve ser seguida, pois não conduz a bom porto.

Após a visita que lhe fez a "esquerda independente" do PMDB e sua ida à sede da CNBB (como se fosse o chefe de um Poder visitando os hierarcas do outro), deveria o presidente Sarney meditar sobre a entrevista que o líder uruguaio concedeu a nosso enviado especial Marcos Wilson. Nela, afora a sensação de humilhante frustração, recolheria alguns ensinamentos sobre a arte de governar. O primeiro deles é: querer governar. Mais do que isso, é querer governar de acordo com o programa que levou os eleitores a escolhê-lo para dirigir o processo de transição entre o autoritarismo e o Estado de Direito.

É preciso repetir até a exaustão que ao presidente José Sarney só resta uma atitude: ou formula com precisão seu programa de governo, optando por este ou aquele caminho, mas fazendo sempre uma escolha, ou segue as diretrizes do falecido presidente Tancredo Neves, as quais estabeleciam com clareza a necessidade de restabelecer o império da ordem jurídica, respeitar e fazer cumprir as leis vigentes enquanto não fossem alteradas, combater a inflação de maneira implacável, impedindo os gastos na administração direta e na indireta, além de nas empresas de Estado, e criar as condições para que se desse a retomada do desenvolvimento.

Esse programa, em certo sentido, foi o mesmo que conduziu Sanguinetti ao poder. Que diferença, entretanto, entre o clima político que se percebe em Montevideu e aquele que se nota em Brasília, alastrando-se por todo o País! Numa capital, a decisão de arrostar a impopularidade: "Tínhamos apenas duas possibilidades no Uruguai: buscar abertamente a recuperação econô-

mica do país, ou controlar a crise e depois conseguir a reativação. Escolhemos o segundo caminho, muito menos heróico, porém mais sólido e consistente". Noutra, as sucessivas reuniões, as pressões que se exercem, as resistências que triunfam contra a opção pelo caminho do sacrifício. Em Montevideu, a decisão de não desejar pavimentar o caminho da glória com obras e a firmeza de enfrentar a oposição sindical, que transforma as reivindicações operárias, legítimas, em instrumento de propaganda partidária. Em Brasília, a hesitação, a busca do aplauso geral. Num governo, vê-se com clareza o caminho: esclarecer a população e os trabalhadores sobre a realidade da crise; noutro, só se conhece o propósito de fazer um pacto...

Os governos, essa é a lição que fica da entrevista do presidente Sanguinetti, foram eleitos para cumprir seu programa e não realizar pactos que retirem da oposição a sua função constitucional e democrática. A função da oposição não é pretender mudar os princípios sobre os quais assenta a organização do Estado; é mudar os rumos da ação do governo. A função do governo é executar o programa pelo qual se elegeu. Os pactos, tais quais os vêm enunciando o presidente e seus porta-vozes, não se sabe a que conduziriam — e por isso as oposições mais radicais, aquelas que o presidente Sarney tanto teme, deles escarnecem. A propósito de pactos, cabe recordar que, quando o marechal Dutra fez o Acordo Interpartidário, conseguiu reunir UDN, PR e PSD, que lhe deram cômoda maioria no Congresso; o PTB, porém, permaneceu na oposição e ganhou em 1950. Em 1945, não houve necessidade de pacto nacional que antecederesse a eleição da Constituinte, nem que vigorasse no período de sua elaboração, nem durante o mandato do presidente Dutra. Havia, porém, governo — ao qual estivemos em oposição em muitos aspectos. Ora, mais importante do que pactos, que podem desvirtuar a essência da democracia, é a necessidade de haver governo, que saiba impor a lei às lideranças sindicais que a violam, e queira controlar as variáveis que dependem do Estado: "emissão, margem de crédito e dos gastos públicos",

como acentuou o chefe do governo uruguaio.

A imagem de indecisão que começa a ser a da Presidência da República tende a corroer a autoridade do Estado em momento crítico para a vida nacional. O presidente José Sarney deve ter consciência de que em matéria de política monetária, trabalhista, educacional etc. não pode agradar a Deus e todo mundo. Qualquer que seja a decisão que venha a adotar num desses campos, sempre haverá os que dirão que agiu errado, os que reclamarão maior rigor nas providências adotadas e os que as aplaudirão. Sendo essa a realidade das coisas, o presidente tem o dever de oferecer ao País um ponto de referência para que os cidadãos tomem posição. Não é possível que cem milhões de brasileiros estejam, todos os dias, procurando saber qual será a política sindical do governo; não tem sentido político e econômico o sistema bancário trabalhar às cegas, desorientado no tocante à política de colocação de títulos públicos e taxas de juro; não há empresa que suporte não saber se as taxas de juro vão abaixar, continuar altas ou descer e depois subir vertiginosamente em virtude do descontrole sobre a base monetária.

O País precisa de uma referência. Só isso. É essa pequena coisa que se reclama do presidente da República. S. exa. pode escolher entre ficar com a "greve impropriedade" ou a greve ilegal; apolar Dornelles ou Sayad; repetir o gesto de Kubitschek, rompendo com o FMI, ou aceitar os conselhos do bom senso; continuar visitando os bispos da Igreja do Brasil, ou considerá-los cidadãos brasileiros como os outros, e marcar audiência para que venham ao chefe de governo pedir providências para salvar suas ovelhas. Pode escolher aceitar as pressões da "esquerda independente" do PMDB, ou governar livremente. O importante é que escolha, para que o País possa sair desse estado de torpor traumático em que vive desde 14 de março, e enfrente corajosamente as opções que o governo lhe oferecer. Não se trata, pense o presidente, de discutir o futuro de nossos filhos; trata-se de saber qual será o nosso futuro imediato.